

Por uma Regionalização da Minas Oitocentista

Prof. Dr. Ralf Matos
Universidade Federal de Minas Gerais

Prof. Alfredo Costa
Professor Assistente do Centro Universitário de Belo Horizonte e Doutorando em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia - IGC/UFMG

Resumo

O presente artigo se propõe a trazer aprofundamento à discussão das regionalizações propostas para Minas Gerais entre os séculos XVIII e XIX através da apresentação de uma nova, com base em elementos do espaço geográfico dotados de alta resiliência que, à época, eram capazes de ditar a configuração espacial das relações humanas. Para tanto, são consideradas as diversas contribuições da Geografia para a categoria de análise Região, com o intuito de atribuir à regionalização proposta certo grau de transtemporalidade. Metodologicamente, a regionalização baseou-se em três premissas: 1) grandes rios em trechos de maior largura podem separar espaços regionais; 2) interflúvios de grandes bacias são bons demarcadores de espaços regionais vizinhos, e; 3) o traçado das principais estradas do século XIX é indicativo das forças relacionais internas e externas às regiões. O resultado final expõe nove macrorregiões de Minas Gerais para o período de 1800 a 1950 em que, de um modo geral, permite entrever um eixo norte-sul, da Bahia ao Rio de Janeiro, com várias centralidades postadas na confluência das bacias do Velhas, Doce e Grande, capaz de articular as duas grandes centralidades urbanas que exerciam forte influência no Brasil imperial, a capital e a ex-capital do país.

Palavras-chave: Minas Gerais, Regionalização, Transtemporalidade.

Abstract:

This article aims to broaden the discussion about the regionalization proposals for Minas Gerais between the eighteenth and nineteenth centuries by presenting a new one, based on geographical attributes with high resilience, which at the time were able to dictate the configuration of the human relations in the territory. The development of a "long term" regionalization proposal was based in the several contributions of geographers e other relevant authors to the conceptualization of the region as a category of analysis. Methodologically, the proposed regionalization is based on three assumptions: 1) major rivers in wider sections can separate regional areas; 2) interfluves of large basins are good indicators of neighboring regional areas, and; 3) the layout of the main roads of the nineteenth century is indicative of internal and external relational forces of neighbor regions. The end result exposes nine geographical regions of Minas Gerais for the period 1800-1950 in which, in general, allows a glimpse of a north-south axis, from Bahia to Rio de Janeiro, with several centralities posted at the confluence of the Velhas river basin's, Doce river basin's and Grande river basin's, able to articulate the two great urban centralities that exerted strong influence in imperial Brazil, the capital city (Rio de Janeiro) and the former capital of the country (Salvador).

Key-Words: : Minas Gerais, Regionalization, Transtemporality

alfredo.costa@prof.unibh.br
ralfmatos@gmail.com

¹ Servem de exemplos os ótimos trabalhos desenvolvidos por historiadores, economistas e demógrafos no âmbito de pesquisas do CEDEPLAR sobre Minas Gerais nos séculos XVIII e XIX. São trabalhos relevantes que trouxeram novas interpretações que muito enriqueceram a historiografia mineira, mas apoiados por uma cartografia, na maioria das vezes, relativamente precária, e em propostas de regionalização estranhas aos significados do conceito de região dentro da tradição dos estudos geográficos. Ver Godoy (1999), Cunha (1999), Rodarte (2007), Paiva (1999), entre outros.

1- Introdução

Há uma incompletude nos vários estudos históricos sobre Minas Gerais nos quais foram propostas regionalizações para os séculos XVIII e XIX. Isto porque essas propostas não aprofundam a discussão do conceito região sob quaisquer de suas definições existentes no pensamento geográfico. Há, por exemplo, proposições que apresentam como unidade regional um subespaço cujo desenho confunde-se com o de um trecho de rio ladeado por caminhos das margens direita e esquerda. Isso pode ser chamado de canal, calha, corredor de circulação, mas não de região¹. São trabalhos realizados com pouca ou nenhuma referência às discussões que se iniciaram há mais de 100 anos na Geografia. A despeito da necessidade de não incorrerem no determinismo geográfico ou geoambiental, é muito pequena nesses estudos a sensibilidade para com os aspectos físicos geográficos, o que faz com que algumas propostas de regionalização para o século XIX soem estranhas ao conceito de região. Daí, a relevância em se retomar o conceito região referido às contribuições da Geografia, na expectativa de fazer ampliar a sustentação do que se pode propor como frações de espaços regionais no século XIX.

Nesse artigo pretende-se apresentar uma regionalização para a Minas do século XIX, com base em elementos do espaço geográfico dotados de alta resiliência. Isso porque a geografia impunha restrições incontornáveis à ocupação e expansão, dadas as tecnologias disponíveis aos que desbravavam os sertões inóspitos dos altiplanos mineiros. A regionalização deve internalizar portanto uma perspectiva durável, mais abrangente historicamente. A ideia é que algum grau de transtemporalidade inscreva-se nessa proposta em face dos critérios utilizados. Essa perenidade faz com que a proposta mantenha alguns marcos dialógicos com a as características técnicas e geoeconômicas de Minas Gerais até mais ou menos 1950, ainda que a regionalização se refira à s circunstâncias econômicas e sociopolíticas do século XIX.

Para tanto, é necessário cotejar elementos marcantes do quadro natural, particularmente aqueles que ainda não haviam sido impactados pelas grandes intervenções do século XX, a exemplo dos recursos hídricos ainda relativamente saudáveis na Minas Gerais do século XIX. Em uma primeira aproximação do problema, cabe indagar quais elementos fazem referência aos condicionantes naturais. Hidrografia e drenagem? Vegetação e clima? Enfim, quais condicionantes gozam de maior estabilidade? Algumas características do relevo, das linhas de drenagem ou da paisagem dos mares de morros estão presentes na atualidade e é provável que esses elementos sejam os candidatos mais fortes para parametrizar a regionalização. Todavia, não convém absolutizar categorias do quadro natural, mesmo em uma regionalização para o século XIX. Convém introduzir algum critério de hibridização que faça a mediação entre elementos da paisagem mais físico-territorial do século XIX com elementos que extrapolem essas paisagens e incorporem mudanças de longo alcance. Nesse caso, os pontos referentes às localizações de núcleos de povoamento de maior centralidade e suas articulações viárias podem constituir um critério capaz de estabelecer pontes entre o passado e o alto século XX. Tais localidades certamente são ou foram cidades de alguma importância no século XIX. Esse tipo de comparação cartográfica se justifica em face dos avanços

epistemológicos dos últimos 70 anos na discussão do conceito de região dentro da Geografia. Os ganhos de complexidade chegaram a tal ponto que variados métodos são utilizados para se elaborar uma regionalização, desde pelo menos o modelo teórico do alemão Walter Christaller ao formular a Teoria do Lugar Central. Seus desdobramentos trouxeram uma série de possibilidades de leitura do território a partir dos fluxos, das trocas e de clivagens dinâmicas da vida de relações.

A pertinência das regionalizações e aspectos conceituais

A definição de região foi motivo de muitas controvérsias por causa das finalidades do planejamento governamental ou como resultado da visão teórica do estudioso. Para alguns, região é um espaço concreto, discernível e identificável. Para outras correntes é um conceito abstrato cuja definição depende da adoção de algum critério de ordenamento espacial.

Em fins do século XIX a ideia de “Região Natural” (fração de espaço perfeitamente identificável) era muito usual na geografia, dada a presença marcante de um ou mais elementos do meio físico, como vegetação, relevo, clima, etc. A homogeneidade, contudo, nunca se apresentava perfeita. O italiano Ricchieri (1920) dividia a região homogênea em elementar e complexa. A primeira seria definida pela presença de um único fator característico dominante, derivado da fitogeografia, clima, geomorfologia, ou de variáveis econômicas (como renda, produção ou consumo). Na região complexa interviriam outros fatores e as técnicas de superposição desses fatores em mapas temáticos permitiria o delineamento de um conjunto de regiões. A delimitação final seria ajustada pelas divisões municipais.

Com o avanço da Geografia Humana o ambiente cultural passou a influir nos critérios de regionalização, originando as chamadas regiões culturais. A partir daí, por muito tempo as discussões entre diferentes concepções foram calorosas e recorrentes, sem, contudo, chegarem a um consenso. Até hoje a conceituação de região guarda imprecisão, maior ou menor conforme o país. Juillard imaginou a França dividida em oito regiões com raios em torno de 125 km, população variando entre três a dez vezes à da metrópole central e superfície média de 50 mil Km². O geógrafo francês Boudeville, por seu turno, entendia que uma região deveria ter de 30 a 40 mil km². Depreende-se que a preocupação com o tamanho mínimo das unidades regionais sempre foi motivo de discussões, embora em países de grande extensão territorial esses critérios variem muito. Uma solução bastante utilizada são denominações tais como Microrregiões, Mesorregiões, Grande Regiões.

No Brasil, Manuel Correia de Andrade salientava que as divergências entre os cientistas naturais e os cientistas sociais tornavam a região uma entidade ora estática, decorrente das condições naturais, ora dinâmica, alterada pela ação do homem em sua tentativa de organizar economicamente

o espaço. Para os primeiros a existência de uma região é fruto da homogeneidade natural (geologia, relevo, hidrografia, clima e vegetação), com possíveis sub-regiões delineadas por fatores antrópicos. Para os segundos a região é produto da ação organizadora do homem. O espaço econômico, entretanto, é abstrato, formal, análogo ao da matemática, podendo também ser homogêneo, derivado de um campo de forças, vertebrado por relações econômicas.

² Cf. MATOS, Ralfó. Território, ambiente e gestão. In: HISSA, C.E.V. (Org.). Saberes Ambientais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008, v. 1, p. 141-157.

A diversidade dos instrumentos técnicos e analíticos da Geografia favorecem-na nesses estudos². Inicialmente as regionalizações obedeciam as demarcações naturais dadas pelo meio físico, e só em meados do século XX é que surgiram proposições mais dinâmicas que apoiavam os recortes regionais em características econômicas, culturais e sociopolíticas. No passado, as divisões do espaço baseavam-se em metodologias que privilegiavam a ideia de homogeneidade, embora não ignorassem situações de complexidade e heterogeneidade. O resultado final do estudo procurava superpor características naturais nas quais predominavam aspectos de homogeneidade.

Os pontos comuns entre as diferentes concepções são, entretanto, vários, sobretudo porque um fato que se materializa no espaço geográfico pode alterar o ambiente econômico (um porto, uma rodovia, um canal, um parque industrial, etc.).

De toda forma, a noção de região é polissêmica e pode ser resultante de fatores econômicos ou geográficos. Sua definição pode também incluir elementos de outros campos do conhecimento, tais como a política, a sociologia, a biologia. Dependendo do enfoque dado, pode se privilegiar uma ou mais dimensões em detrimento de outras, o que resulta em diferentes entendimentos de seu significado (IPEA, 1973, GRIGG, 1973; GOMES, 1995; CORREA, 2002; RIBEIRO, 2004; HAESBAERT, 2010).

Por um lado, há confluência entre as diferentes abordagens dada pela legitimação de limites e fronteiras derivados de variáveis que incluem feições da paisagem, aspectos culturais ou critérios políticos transcritos para o espaço (BORDIEU, 1989).

Por outro lado, continua sendo uma prerrogativa inarredável da maioria das regionalizações o fato de o espaço poder ser expresso por pontos, linhas e volumes, traduzindo conjuntos de subespaços caracterizados por latitudes e longitudes, indicadores urbanos ou rurais, agrícolas ou industriais, dentro de uma dada estrutura demográfica, econômica e social.

Revisitando o conceito de região e suas aplicações

Etimologicamente região é área definida por regularidades de propriedades que a definem. Daí o uso do termo em tão diversas áreas do conhecimento, uma vez que região pode se referir à extensão de um fenômeno concreto ou abstrato, a exemplo de domínios biogeográficos, área de afloramentos rochosos ou espaço de validade de determinadas propriedades matemáticas. Região supõe extensão e localização em suas mais diversas acepções. A proximidade com espaços naturalmente demarcados por redes de drenagem é sugestivo e foi utilizado na França do século XVIII e em vários países nos séculos seguintes.

No Império Romano “*regione*” referia-se a um determinado espaço que dado o seu tamanho e complexidade gozava de poderes administrativos locais, a despeito da subordinação a Roma. Essa perspectiva de autonomia relativa vigorou por séculos após a fragmentação do Império e o surgimento de reinos e/ou feudos após a acomodação das invasões germânicas.

³ Texto original: "área en que se realizan las combinaciones particulares de fenómenos físicos y humanos, caracterizada por un paisaje particular (...)" (CAPEL;URTEAGA, 1982, p. 20).

A esses fragmentos é cabível a designação de regiões. A reunião de feudos com características culturais semelhantes deu origem a um outro tipo de espaço: os Estados-nações da Europa moderna. Desde a Idade Média determinados tipos de espaços eram nomeados de regiões (Régions na França, Provincias na Itália ou Laender na Alemanha). O espaço regional geralmente se estruturava por meio de uma malha administrativa, na qual se estabeleciam competências e limites dos poderes locais. O traço mais evidente é o da projeção espacial das “noções de autonomia, soberania, direitos e suas representações” (CASTRO et. al, 1995, p. 52). Com a eclosão do nacionalismo e os conflitos insurrecionais do século XVIII a discussão do significado e tamanho das unidades regionais se ampliou diante das estruturas de defesa necessárias para conter ameaças de inimigos externos dotados de força militar e econômica. Repõe-se assim, a questão da relação entre centralização, uniformização administrativa e diversidade espacial, cultural, econômica e política, sobre a qual o poder centralizado poderia ser exercido.

Na geografia, região é um conceito complexo, pelas heranças de uso comum e pelos investimentos teóricos voltados à sua cientificação (CASTRO, et. al, 1995, p. 54). Como já observado, foi objeto de inúmeras controvérsias e incorpora diversos esforços empreendidos para a sua elucidação e aplicações. Região exprime a noção de espaço intermediário, nem muito grande, nem tão pequeno quanto uma aldeia, como observou Frémont (1980): “espaço que pudesse ser percorrido entre seus pontos extremos um único dia por um viajante montado a cavalo”. Trata-se de uma palavra inscrita dentro de uma taxonomia que nomeia níveis crescentes de abrangência espacial, mais ou menos como postulava Roncayolo (1986).

O geógrafo francês Claude Raffestin, ao expor a pertinácia do conceito de região para o estabelecimento de um gradiente de centralidades, deixa evidente os aspectos econômicos que revestem esse conceito em qualquer época, porquanto ao emergirem

(...) todas essas regiões, ou core áreas, apresentam elementos em comuns. Elas são ou foram superfícies nas quais recursos eram exploráveis (recursos agrícolas, por exemplo), o que significa que eram produtoras de energia alimentar em primeiro lugar e que, assim podiam facilitar a concentração das populações (grifo nosso). (RAFFESTIN, 1993: 197).

Em face das controvérsias e aceções teóricas divergentes no interior da Geografia Física e da Geografia Humana, com riscos de desagregação epistemológica, a Geografia manteve-se consolidada como prática e solução para a repartição e classificação espacial, a ponto de ser sinônimo de Geografia Regional para geógrafos franceses do início do século XX, cujas influências sobre os geógrafos brasileiros foram pronunciadas. Região se tornara um conceito chave na escola francesa, e traduzia uma privilegiada “área em que se realizam as combinações particulares de fenômenos físicos e humanos, caracterizada por uma paisagem particular³ (...)” (CAPEL;URTEAGA, 1982, p. 20, tradução livre).

A ideia de região, ainda que de definição variável, constituiu-se num dos pilares da Geografia: por essa razão convém expor conceitualmente a região segundo quatro das principais correntes do pensamento geográfico e suas diferentes orientações metodológicas.

Na primeira corrente, que vigorou até por volta da 2ª Guerra Mundial, escritos clássicos como os de Varenus (1755), Ritter (1832), Vidal de La Blache (1903; 1921), Sauer (1925), Hettner (1927), e Hartshorne (1939) entendiam a geografia como a ciência das regiões. Partindo do conceito de paisagem, vários desses geógrafos privilegiaram a diferenciação de partes da superfície terrestre (em diferentes escalas) por meio de seus aspectos naturais e das relações humanas promovidas para a sua transformação⁴.

A segunda abordagem é resultante das contribuições do pós-guerra derivadas da geografia teórico-quantitativa, e têm como referência os trabalhos de Weber (1929), Christaller (1933), Lösch (1954) e Von Thünen (1966), que trouxeram as noções de região-nodal (ou região funcional), com objetivo de compreender a organização hierárquica da rede urbana tendo em vista tamanho, funções econômicas e a localização das cidades, e/ou a distribuição de bens e serviços e seus custos de acessibilidade. Interessava-os compreender a relação entre as forças de trocas internas e externas a uma determinada região.

Para essa corrente, que, aliás, dialogava com a Ciência Regional que surgia à época nos EUA, a geografia é ciência do espaço e o seu método é a análise (Berry, 1964)⁵. Assim, a região só existe se estiver submetida a critérios explícitos, uniformes e gerais. A região passava a ser um meio e não um fim. Para esses analistas existem duas regiões básicas: a homogênea e a funcional ou polarizada. A primeira assenta-se sobre variáveis verdadeiramente estruturantes do espaço que, através de frequências estatisticamente mensuráveis, definiria espaços mais ou menos homogêneos (isonômica). A segunda assenta-se sobre uma estruturação espacial de múltiplas relações, não uniformes, geralmente sob a influência das cidades: nucleações de organização espacial. Valorizam-se as trocas, a vida econômica e fluxos de mercadoria, mão-de-obra, serviços, etc⁶.

A terceira corrente – que surgiu em reação aos teóricos por volta do início dos anos de 1970 –, a Geografia Crítica Radical, foi influenciada pelos trabalhos de Hirschman (1962), Castells (1972), Lefebvre (1974), Lojkin (1977), Massey (1977), Harvey (1989), entre outros, discutiu a região nos marcos do estruturalismo. A partir da crítica ao capitalismo examinava sua influência na estruturação espacial das relações socioeconômicas. Ao contrário dos teóricos da escola anterior, o interesse é centrado mais nas causas dos desequilíbrios entre regiões e centros urbanos. Postulam que a diferenciação espacial é resultado da divisão territorial do trabalho e do processo de acumulação capitalista. Os geógrafos radicais, embora recusassem o funcionalismo como critério de regionalização, aceitaram a região como produto de classificação espacial, deslocando a controvérsia sobre a escolha dos critérios⁷.

Em meados dos anos de 1970 outra corrente teórica propõe pensar a região de outra maneira, resgatando inclusive elementos da Geografia Clássica. Para a Geografia Humanística, região é espaço vivido. Evoca sentimentos de pertencimento e, em muitos casos, até uma consciência regional. O espaço seria constituído por redes de significações e de experiências. Novamente a região é vista como uma entidade real, constituída por vínculos de solidariedade territorial. A regionalização e a análise regional como classificação é refutada por causa de critérios espúrios à vida regional. Para entender e demarcar uma região seria preciso vivê-la.

4 A partir daí proliferaram as monografias regionais e outras concepções de região no interior da Geografia Clássica. A região soaria como realidade concreta, independente do pesquisador, sendo reconhecida pelos habitantes conforme o método lablacheano. Paralelamente surgiram as noções de ciências idiográficas (descritivas, ciência sobre fatos únicos, sem regularidades, normas e leis), e de ciências nomotéticas (aquilo que é geral e comum, regular, modelável, preditível). Para Hettner a geografia seria uma ciência idiográfica, 'a ciência da superfície terrestre segundo suas diferenças regionais', ciência que descreve e interpreta as formas regionais como resultado de uma dinâmica complexa. A posição de Hettner ganhou maior visibilidade com a afirmação de R. Hartshorne ao pontificar que a geografia havia se tornado o estudo das diferenças regionais e o método regional, procura "na distribuição espacial dos fenômenos a caracterização de unidades regionais". A obra de Hartshorne publicada em 1939 tornou-se por 20 anos referência mundial. O autor sublinhou a excelência do método regional, realçando as singularidades, dando grande destaque ao único na geografia.

5 Os economistas omitiram o espaço por muito tempo, na crença de que o padrão espacial das atividades tinha explicações não econômicas (recursos naturais, escolhas pessoais, etc.). A geografia, a sociologia e a demografia manifestaram interesse pelos problemas espaciais bem antes que a economia. Um novo campo de estudos, a Ciência Regional, pretendia reunir diversas abordagens estruturadas por estudos regionais e locais interdisciplinares. A economia, como preceituava Perroux (1958), convergiria para a luta contra a escassez, ao procurar maior eficácia, o produto ótimo ao menor preço para toda a sociedade. O ponto de vista geográfico, contudo, requer a localização de um fenômeno em um lugar e o exame de suas relações com os elementos que caracterizam este lugar. A Ciência Regional teria surgido nos EUA como ponto de convergência entre economia e geografia, apesar de não ter se constituído em ciência de fato, pela dualidade de enfoques, sem apresentar propriamente um enfoque novo.

6 Refletindo as discussões da época surgiu nos anos de 1950 a teoria da polarização do francês François Perroux. Preocupado com as formas de impulsionar o desenvolvimento regional sob as diretrizes do planejamento governamental, propunha três categorias básicas de regiões: a) Região Homogênea – Espaço contínuo cujas partes (ou zonas) apresentam características semelhantes, segundo variáveis explícitas: renda, culturas, etc; b) Região Polarizada – Definida por interdependência das partes, originada da ideia de irradiação comercial das aglomerações urbanas. A região se conforma em torno de uma capital regional, é heterogênea e suas partes complementam-se umas às outras. Geralmente é integrada por serviços e fluxos de mercadorias, bens regionais que circulam até a fronteira desse espaço; c) Região Plano - Espaço contíguo cujas partes encontram-se na dependência de uma mesma decisão de planejamento, visando o cumprimento de metas determinadas (instalação de uma grande indústria motora, novas vias de comunicação, fontes de energia, etc.).

A região, contudo, pode ser inserida em processos espaciais e dialogar com a noção da integração social como consequência do desenvolvimento econômico. Essa abordagem foi desenvolvida nos trabalhos de Geiger (1964), Kayser (1966) e Friedmann (1977). Para Rochefort (2003) e Ribeiro (2004) a regionalização é também um instrumento de poder, disputado por Estados, corporações e movimentos sociais, que se reivindicam políticas públicas voltadas à diminuição das disparidades territoriais.

Desde os anos de 1930 várias experiências de desenvolvimento regional foram empreendidas (nos EUA, França, Itália, Brasil), tentando resolver o problema das áreas estagnadas. Havia as regiões que apresentavam problemas de congestionamento, concentração de investimentos, os quais drenavam recursos econômicos da periferia deprimida. Com isso surgia a necessidade teórica de considerar melhor as relações de interdependências entre regiões em busca de um desenvolvimento com mais equidade. Planos e programas focalizaram o desenvolvimento de áreas estagnadas a fim de solucionar situações de desequilíbrios territoriais. As políticas territoriais passaram, então, a formar um conjunto de normas e instrumentos de intervenção ditados pelo poder público visando o (re)ordenamento espacial, com base em análises da formação e expansão dos centros urbanos, tendo em conta o papel dos diversos agentes que operam no espaço. O nível de bem estar social a se alcançar dependeria em muito desta distribuição e utilização, assim como do ordenamento espacial derivado das decisões relativas à localização da produção e do consumo.

Como síntese, podem-se sublinhar duas ideias primordiais que gravitam entre as modernas formulações sobre região na Geografia. A primeira alude à homogeneidade: um ou mais fatores que particularizariam uma área. A segunda formulação relaciona aspectos dinâmico-funcionais, e concentra-se na modernidade urbano-industrial. Identifica diferenças entre centros urbanos, mensura a polarização e áreas de influência de cidades, o que enriquece a ideia de uma região, não mais homogênea, mas polarizada. Assim existem regiões que têm no meio natural e nas ações antrópicas os princípios da sua identidade, e outras que encontram na funcionalidade dinâmica o elemento definidor, a partir do qual se estrutura a organização do espaço, as relações de interdependências e as imbricações com o conceito de rede urbana.

A região natural requalificada metodologicamente

Quais são os elementos que podem ser utilizados para a regionalização aqui proposta? Algumas das definições mais recentes de região e regionalização não se aplicam às problematizações do século XIX. Tampouco, algumas regionalizações do século XIX seriam adequadas se fossem aplicadas a situações atuais. O problema é identificar o que se pode metodologicamente utilizar para dar conta da tarefa de tornar o passado visível em uma cartografia do presente.

A Geografia Clássica tentou resolver tais questões importando da Biologia e da Geologia a concepção de "região natural", acrescentando-lhe mais elementos que ainda são utilizados na atualidade (vias, urbanização, especialização produtiva). Procurou construir um campo de pesquisas no qual as regiões naturais incorporavam uma inserção analítica que combinava homem e natureza. A ideia era ter a região como objeto sintético, que interligasse a geografia física com a geografia humana.

Se desde o século XVIII as bacias hidrográficas eram demarcadores naturais de regiões, soava evidente a associação de região com o meio físico, inclusive para Vidal de La Blache em seus primeiros trabalhos (Claval, 1974). Em 1908, seu discípulo L. Gallois descreveu as regiões galo-romanas dentro de uma fisionomia natural básica.

Se desde o século XVIII as bacias hidrográficas eram demarcadores naturais de regiões, soava evidente a associação de região com o meio físico, inclusive para Vidal de La Blache em seus primeiros trabalhos (Claval, 1974). Em 1908, seu discípulo L. Gallois descreveu as regiões galo-romanas dentro de uma fisionomia natural básica. Entendia que a região física é decisiva na configuração de uma sociedade. O conceito de região natural nascia, portanto, da ideia de que o ambiente orientava as perspectivas de desenvolvimento da sociedade. Premissa que não pode ser negligenciada, dada a importância que os recursos naturais possuem até os dias de hoje. O debate instaurou-se a partir daí, e Lucien FÉbvre foi uma referência marcante, quando em 1922, cunhou a expressão “possibilismo”. Reagindo a Gallois, observou que “a natureza pode influenciar e moldar certos gêneros de vida, mas é sempre a sociedade, seu nível de cultura, de educação, de civilização, que tem a responsabilidade da escolha [porquanto] o meio ambiente propõe, o homem dispõe” (FÉBVRE, 1922 apud GOMES, 1995, p. 55/56).

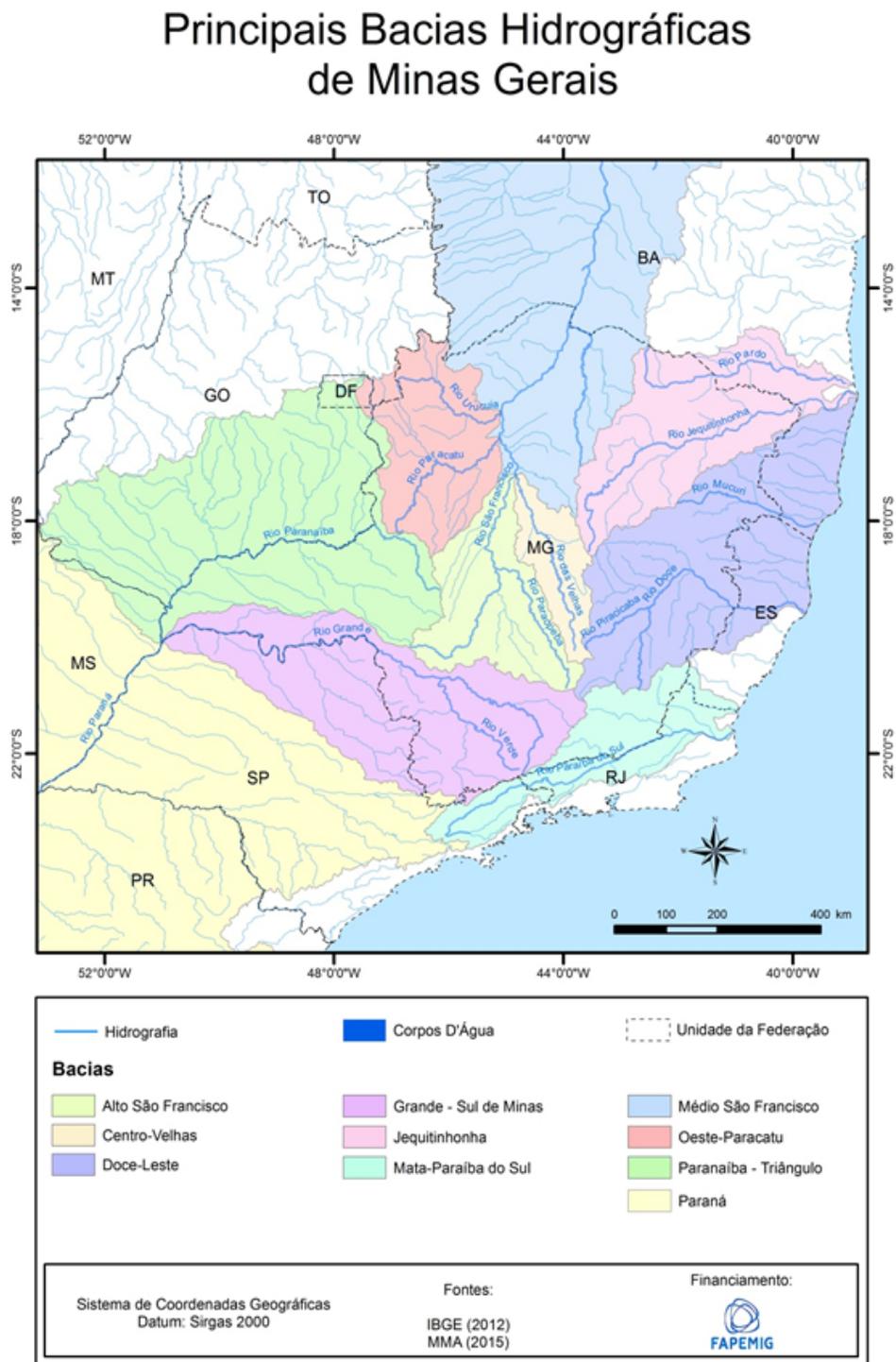
Na atualidade, é livre o estabelecimento de critérios de regionalização. Ela pode ser produto de um exercício intelectual ou derivada de necessidades do planejamento e gestão, a despeito de os elementos do quadro natural figurarem nas partições, inclusive pelas heranças que permanecem nas divisões oficiais de territórios nacionais e infranacionais. Hoje, quando a globalização é mencionada em tantos estudos, muitos apostaram no fim das regiões em razão de uma suposta homogeneização do espaço e uniformização das relações sociais (Lipietz, 1977). Contudo, se equivocaram, pois os movimentos regionais resistem; a regionalização persiste; as diferenças são resilientes e a própria globalização valoriza inúmeras das singularidades territoriais.

As contribuições da Geografia foram necessárias e recorrentes nas tantas divisões territoriais que o Brasil se viu compelido a estudar, discutir e adotar. A busca de um modelo para se dividir o território nacional em frações regionais quase sempre guarda correspondência com os chamados fatores físico-territoriais. Foram muitas as propostas de regionalização variáveis conforme as finalidades, as definições e escalas de abordagem⁸, várias delas baseadas nas demarcações sugeridas por calha de rios, como indicam as divisas de Minas Gerais com os estados de Goiás e São Paulo, conforme mostra a Fig. 1.

7 Outros geógrafos dessa corrente passam a ver as regiões como 'formações sócio espaciais' (em alusão às formações socioeconômicas). A região seria então a síntese histórica dos processos socioespaciais (Santos, 1978) (p. 66). Contudo, a aproximação da economia política não trouxe um novo conceito de "região efetivamente operacional e, muitas vezes, a ideia evolucionista e mecanicista predominou revestida de um vocabulário marxista" como advertia Yves Lacoste em 1977 (66).

8 Como exemplos, pode-se mencionar as grandes regionalizações definidas por: André Rebouças, em 1889; Elisée Réclus, em 1893; Delgado de Carvalho, em 1913; Pierre Denis, em 1927; Betim Paes Leme, em 1937 (com o país dividido em sete Grandes Regiões); Moacir Silva, em 1939 (com oito regiões); e divisões do IBGE, de 1940 e 1945, (com a partição em cinco e sete regiões); a de 1959, com cinco regiões e que deu origem a regionalização adotada até hoje

Figura 1 Principais bacias hidrográficas de Minas Gerais



9 Cf. GUIMARÃES, F. "Divisão regional do Brasil". In: Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, 1941, n. 37.

10 A proposta de Fábio Guimarães poderia guardar boa semelhança com a macrorregionalização que se apresentará mais adiante, não fossem suas limitações: miscelânea de critérios utilizados; recursos cartográficos precários; imprecisões em seus recortes regionais; desrespeito de talvegues e interflúvios. Fábio, talvez tentasse reduzir a relevância dos fatores físicos na compartimentação do espaço, mas, sua divisão para fins estatísticos, de base humana e econômica, acabou sendo superada pelos novos fracionamentos municipais e estaduais (Ver Alves Diniz, 2007). O objetivo do esforço aqui é distinto, porque trata-se de uma regionalização em que os fatores físicos ainda sobrepujavam os fatores econômico-sociais na construção das relações espaciais, o que torna os dois resultados praticamente incomparáveis (embora, na essência, partam do mesmo princípio).

11 Essa discussão ganha maior projeção ao final da década de 1970 com a apresentação da teoria dos geossistemas por Sotchiava (1977), que propõe a existência de uma relação sistêmica entre os diversos componentes naturais da superfície terrestre cuja leitura e interpretação podem ser feitas de forma hierarquizada. O pressuposto fundamental é que a quantidade de matéria e energia não é distribuída de forma homogênea pela superfície terrestre, o que permite a diferenciação de áreas.

As linhas naturais existentes em um mapa de bacias hidrográficas e rios principais guarda proximidade com a divisão regional baseada nas "zonas fisiográficas" defendida por Fábio Guimarães, coordenador dos trabalhos da Divisão Regional do Brasil à época de criação do IBGE. Sua proposta tinha como objetivo o estabelecimento de uma divisão regional estável e permanente, capaz de atender às necessidades de comparação em distintos momentos nos quais houvessem dados estatísticos disponíveis, daí a pertinência da adoção de critérios de regionalização baseados na ideia de região natural. As Zonas Fisiográficas constituíam as menores unidades da divisão de 1941 e internalizavam aspectos econômicos e sociais, mas referidos a espaços maiores definidos pelas condições naturais (geologia, ao relevo, ao clima e a vegetação)⁹. Mais tarde, essa regionalização recebeu críticas diversas e foi substituída pelas chamadas Regiões Homogêneas (1969). Uma das dificuldades da proposta de Fábio Guimarães resultava da precariedade de informações disponíveis à época e da frágil justaposição dos elementos físico-naturais utilizados (clima, vegetação, relevo, entre outros). Diante dessas incertezas a equipe técnica utilizou como solução o critério de fator dominante, mas ainda assim não conseguiu superar a instabilidade relativa aos limites das unidades da federação. As sucessivas emancipações municipais comprometeram o desenho original da proposta de divisão regional baseada na noção de Zonas Fisiográficas¹⁰.

Como se viu, as fundamentações teóricas baseadas principalmente em regiões naturais foram perdendo força diante do aumento da complexidade nas sociedades urbano-industriais em um capitalismo mundializado, mediado por fluxos materiais e imateriais que se multiplicaram na segunda metade do século XX. Contudo, convém assinalar um curioso paradoxo histórico no tocante ao problema da regionalização versus desenvolvimento, que pode ser exposto sob três momentos históricos. No primeiro momento, a regionalização passou a ser uma necessidade para dividir espaços de competência político-administrativa desde quando a "riqueza das nações" passara a sugerir estratégias de expansão econômica não mais dependente apenas da detenção de metais preciosos (embora isso fosse ainda relevante). Nesse ambiente, as bacias hidrográficas soavam como um ótimo demarcador de circunscrições territoriais pela simples racionalidade de sintetizar similaridades climáticas, vegetacionais, pedológicas e topográficas. Em um segundo momento, a urbanização e a industrialização fizeram acelerar os fluxos de pessoas e mercadorias de toda ordem, e as regionalizações fundadas nas áreas de influência dos polos urbanos ganhou notoriedade e deixaram "obsoletas" as regiões naturais; em um terceiro momento, especialmente a partir dos anos de 1970, quando o "codesenvolvimento" e as noções de sustentabilidade se difundiram no Ocidente, a questão dos recursos naturais cada vez mais escassos (a água, em especial) trouxe de volta as bacias hidrográficas como espaço crucial para o planejamento do desenvolvimento¹¹. Assim, tanto as regionalizações derivadas de hierarquias nodais, quanto as associadas a elementos naturais não se excluem do planejamento, gestão e governança da atualidade.

Considerações teórico-metodológicas e regionalização transtemporal

É bem provável que os trabalhos dos geógrafos do IBGE chefiados por Fábio Guimarães no início dos anos de 1940 guardassem muita proximidade com um passado de tempos lentos ainda vivo, de baixa complexidade, pouco transformado por obras de engenharia de grande magnitude e menos devassado por fluxos de pessoas e mercadorias típicos da modernidade. A configuração incipiente da rede de cidades em 1940 e a concentração da urbanização na franja litorânea do Sudeste, Sul e Nordeste traduziam um espaço nacional repleto de grandes vazios demográficos desconectados do resto do país.

Como dizia Pierre Deffontaines: o sistema urbano brasileiro encontrava-se em plena “infância”. Rio de Janeiro e São Paulo, nessa ordem, eram, de longe, os grandes núcleos de concentração da urbanização brasileira.

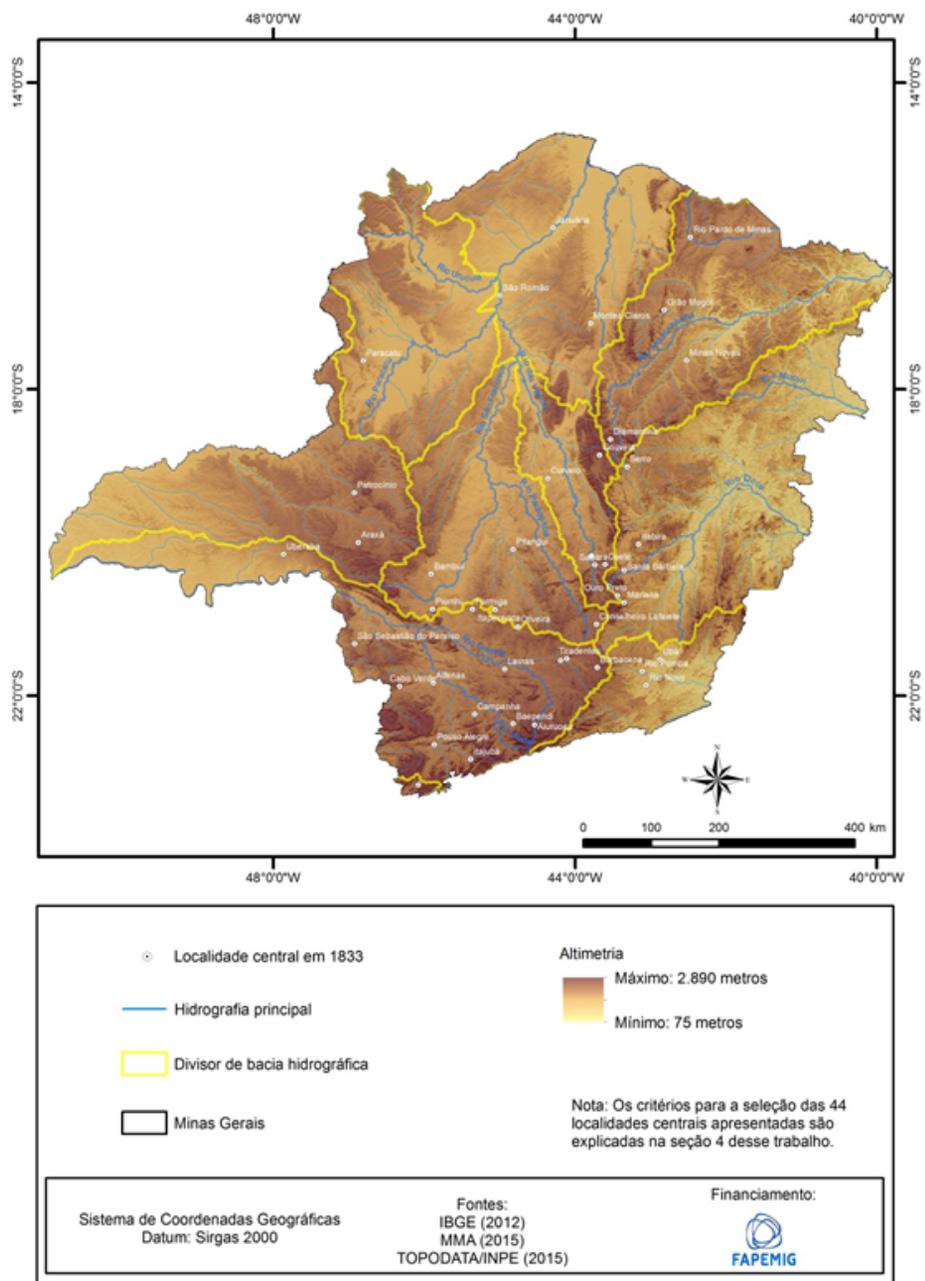
Ao se pensar em uma regionalização para o século XIX, deve se reconhecer o óbvio: o nível de complexidade dos fluxos do século XIX é muito inferior àquele que se conhece no Brasil atual. A escassez de dados fidedignos é um fato, o que dificulta o resgate de informações e traços de conexões intertemporais. As relações entre as localidades foram se densificando à medida que novas tecnologias de produção de espaço permitiram a aproximação de cidades e regiões. Assim, certamente alguns elementos que compõe a geografia dos fluxos materiais da atualidade são originários de determinados períodos do século XIX, a despeito dos muitos vazios territoriais existentes em grande parte do Dezenove .

Tendo em conta as revisões supramencionadas e os objetivos desse estudo, um primeiro passo a cumprir é resgatar os contornos das principais bacias e sub-bacias de Minas Gerais em mapas de maior precisão da atualidade. Esses espaços tiveram importância estratégica na ocupação territorial do estado, a despeito do grau de antropização que a exploração mineral produziu no século XVIII. As bacias hidrográficas delineadas juntamente com seus rios principais, a altimetria do relevo e as principais cidades (com os nomes atuais) da Minas do terceiro decênio do século XIX estão na Figura 2.

12 A rede de relações comerciais entre diferentes localidades são passíveis de uma leitura que indique interdependências e hierarquias que vertebram essas relações. A partir da classificação das trocas, os vínculos de subordinação tornam-se mais lógicos e possibilitam o delineamento de “topos”, isto é, pontos/localidade mais relevantes do espaço geográfico que exercem uma centralidade dominante em relação aos pontos de menor centralidade. Os “topos” mais altos são os de maior força de atração, conforme algumas interpretações dos modelos derivados da contribuição de Christaller. Visualiza-se, assim, uma geografia dos fluxos, os quais permitem representar a expressão taxonômica das trocas, mediante desenhos específicos ou demarcações regionais dependente das conexões que o estudo requisitar e/ou as finalidades da regionalização exigirem.

Figura 2 Hidrografia, relevo e principais localidades centrais de Minas Gerais em 1833

Hidrografia, relevo e principais localidades centrais de Minas Gerais em 1833



A bacia do rio São Francisco, por exemplo, desbravada desde os primórdios da história de Minas, não é um espaço homogêneo fisiograficamente. Contudo, ao se demarcar as suas principais sub-bacias essa caracterização ganha muito mais acuidade e as linhas que delimitam esses espaços podem ser úteis no momento de se definir as fronteiras inter-regionais do século XIX. A bacia sanfranciscana em Minas Gerais pode ser visualizada em quatro porções: a do Alto São Francisco; a da sub-bacia do Velhas; a dos vales do Paracatu e Urucuia; e a do Médio São Francisco. A sub-bacia do Velhas foi muito relevante por ter sediado uma série de povoados amalgamados ao garimpo de ouro desde o início do século XVIII. Antes de 1750, a mineração chegou às margens do rio Paracatu, enquanto outras frentes de exploração prosseguiram em um outro ramo da grande bacia, em direção às suas nascentes, na Serra da Canastra. Esses quatro subespaços integrantes da bacia do São Francisco sugeriram as primeiras divisões naturais da Minas do Ouro: grandes norteadores de uma regionalização aplicável aos dois primeiros séculos de Gerais.

O maior número de cidades na sua área central, nas proximidades dos divisores das bacias do Velhas, Doce e Alto São Francisco (Ouro Preto, Mariana, Sabará e Conselheiro Lafaiete) é resultado dos grandes achados minerais nas centenas de cachoeiras desses velhos altiplanos.

As cidades constantes vistas na Figura 2 são derivadas de uma de comparações cartográficas baseadas em trabalhos que apresentaram propostas de indicação de localidades urbanas existentes em Minas Gerais na primeira metade do século XIX, a exemplo das contribuições de Barbosa (1979), Martins (1990)¹³, Paiva (1996)¹⁴, Godoy (1999)¹⁵, Rodarte (2008)¹⁶.

Macrorregionalização transtemporal (1800-1950)

A macrorregionalização parte do pressuposto de que a base de elementos naturais define um mosaico de relações regionais. Mais tarde essa lógica se rompe, especialmente em razão dos avanços tecnológicos na construção de vias, estradas, túneis, pontes, o que vai significar maior facilidade em transpor os obstáculos do quadro natural. Esse turning point seria um período de avanço da modernização técnico-científica, como preceitua Milton Santos. Até que momento o recorte das bacias atende a essas injunções e em que momento ele perde contundência em favor de outros fatores? Provavelmente até mais ou menos 1950. A partir desse momento o Brasil assistiu a maior parte das intervenções que se deram no âmbito das grandes obras de engenharia que já vinham acontecendo na Europa desde a segunda metade do século XIX. Daí a pertinência de se utilizar de elementos do quadro natural como mediadores da regionalização no século XIX. Ou seja, as redes técnicas que rasgam espaços, dinamitam morros e perfuram montanhas só começam a promover mudanças territoriais extensivas a partir de meados do século XX. Outras intervenções de menor repercussão iniciaram-se na segunda metade do século XIX, mas foram de pequena monta e, inclusive, desapareceram nas primeiras décadas do século XX, a exemplo das ferrovias de bitola estreita.

A proposta apresentada em sequência resultou de várias decisões metodológicas fundadas nos delineamentos naturais derivados das principais bacias hidrográficas que drenam o território mineiro. Trata-se de uma macrorregionalização suscetível de ser fracionada em sub-regiões, exercício que, entretanto, não será feito nesse estudo.

Outro princípio aqui adotado é o de confiar na precisão dos elementos duráveis do território mineiro só disponíveis em mapas de alta precisão. O esforço de Godoy (1979) em sua proposta de regionalização para Minas de 1831/33 vale-se de mapas antigos repletos de imprecisões cartográficas e relatos de viajantes, alguns muito meticolosos, outros nem tanto, porquanto seus marcos de comparação eram as cidades europeias de onde vinham; alguns deles ficaram visivelmente decepcionados com o que encontraram em Minas, décadas após a exaustão do ouro aluvial abundante e de fácil extração.

13 O trabalho de Martins (1990) traz uma tabela discriminando a população total, livre e escrava entre 1833-35, além do número de distritos de 26 municípios, engenhos de cana de açúcar e de casas de negócios em 1836.

14 PAIVA (1996) estimou que Minas Gerais entre 1830/35 teria 718.191 habitantes, distribuídos em 16 municípios e 410 distritos.

15 Godoy (1996), com base em Barbosa (1997) relacionou 41 localidades apresentadas em um mapa esquemático hierarquizando-as. Oito seriam as cidades da época e estariam na 1ª ordem: Mariana, Ouro Preto, Sabará, São João Del Rei, Tiradentes, Campanha, Minas Novas e Paracatu

16 Na relação de Rodarte (2008, p. 66) um exame mais detido da relação permite constatar a ausência de centralidades importantes de seu mapa (como Paracatu, Patrocínio, São Romão, Curvelo, Montes Claros, Rio Pardo, etc). Em sua dissertação de mestrado, Rodarte (1999) elaborou outra estimativa que avaliava quais eram as áreas urbanas mais relevantes de Minas à época a partir das listas nominativas da década 1830/1840. Tais listas mostram uma relação de distritos com discriminação de população domiciliada em áreas urbanas e rurais. Os dados são entretanto limitados ao se considerar a quantidade de registros, a extensão da ocupação territorial de Minas Gerais à época e a ausência de dados relativos ao "distrito-sede" de vários municípios. De sua relação cabe menção como relevantes os distritos: de Santa Luzia, Contagem, Matheus Leme, Lagoa Santa, Congonhas e Capela Nova no município de Sabará; a Vila de São João Del Rei, Conceição de Carrancas e Dores da Boa Esperança no município de São João Del Rei; Tiradentes e Bom Sucesso, no município de São José Del Rei; Formiga no município de Tamanduá; o distrito de Serro no município do Serro; Santa Bárbara no município de Caeté, todos com mais de 500 residentes em áreas urbanas.

17 Segundo Neves (2003), havia também embarcações de maior porte anteriores aos vapores, que constituíam a elite dos barcos no rio São Francisco. Impulsionadas por grupos de remadores, percorriam as águas do rio em quase toda a sua extensão navegável, garantindo, por muito tempo, o fluxo comercial aos moradores ribeirinhos. Com a chegada dos vapores, deu-se início ao declínio desse tipo de embarcação e das funções exercidas por suas tripulações. Até meados do século XX, os vapores, com suas carrancas à proa, consumiram parte não desprezível das matas ciliares, mas garantiram a continuidade de circulação de mercadorias, pessoas, gado e equipamentos, fazendo a interconexão dos sertões baianos e mineiro com grandes centros urbanos do país, tais como São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Salvador. Cf. Matos (2010).

Convém recordar que as regionalizações contemporâneas baseiam-se em diversos outros critérios. As regiões derivadas do poder de influência das cidades, por exemplo, não respeitam os limites estaduais, porquanto a rede de cidades e os laços de interdependência nesses sistemas são interestaduais, e frequentemente internacionais. No exercício apresentado a seguir essas premissas não se aplicam, porque a regionalização procura cobrir um período de tempo mais antigo, no qual a validade das regiões naturais ainda se mantinha. Assim os elementos do meio físico são utilizados para o fracionamento de espaços geográficos.

Os passos metodológicos são resumidos em três considerações enumeradas abaixo.

1 – Grandes rios em trechos de maior largura podem separar espaços regionais. A região do Triângulo Mineiro aqui mostrada delimita-se pela calha de grandes rios (que também delineiam as divisas de Minas com Goiás e São Paulo), ou seja, os rios Paranaíba ao norte da região e o rio Grande, ao sul. A região Oeste-Paracatu é também demarcada pelo São Francisco em um pequeno trecho. Uma região pode não se estender de uma a outra margem porque as conexões por meio de extensas pontes de concreto armado ainda não eram realizadas na maior parte do período 1800-1950. Entretanto, grandes rios podem integrar espaços intra-estaduais se suas margens são ocupadas e seu curso navegável. O próprio São Francisco era navegável e dotado de pequenas cidades com modestos portos fluviais e grandes fazendas em suas margens. Antes de os vapores singrarem os 1.371 km entre as cidades de Pirapora (MG) e Juazeiro (BA) – de 1866 até mais ou menos 1960 –, a navegação de pequeno e médio porte servia às comunidades ribeirinhas¹⁷. Cidades como Januária, São Romão ou São Francisco floresceram com a navegação no São Francisco. Rios de menor vazão também propiciaram por muito tempo a navegação por longos trechos de seu curso. O rio das Velhas, quando era navegável foi sem dúvida um canal integrador de ambas as margens. A presença de pequenos portos, pontilhões e balsas facilitavam a conexão de um lado ao outro. A bacia nesses casos se impõe como um demarcador regional, mesmo que a sua forma seja mais ou menos longilínea (Tal como a forma do antigo estado de Goiás, antes de se dividir em dois).

2 – Interflúvios de grandes bacias são bons demarcadores de espaços regionais vizinhos. Na macrorregionalização várias regiões foram definidas por linhas que dividem bacias. Contudo, há casos em que esse pressuposto é relaxado a favor de outros. A topografia e a rede de estradas podem ser consideradas na definição de trechos de uma compartimentação para introduzir maior racionalidade ao delineamento final. Ademais, nem sempre um divisor de bacias é representado por espigões que dividem encostas muito íngremes. Nos casos de áreas de nascentes de topografia pouco declivosa (a exemplo de trechos das cabeceiras do rio das Velhas) os assentamentos humanos podem transpor bacias e constituir um subespaço único, não dividido pela geografia física. A corrida do ouro iniciada no final do século XVII esquadrinhou uma expressiva área de morros e cachoeiras nos interflúvios dos rios das Velhas, Doce, Paraopeba e Pará.

Assim, uma demarcação em situações pouco claras como essas a regionalização pode se definir por outras linhas cartográficas, como a dos paralelos ou por estradas da época. Essas soluções foram utilizadas na proposta de regionalização em duas situações: nas cabeceiras do Velhas (com o divisor postado em estradas que uniam Ouro Preto, Santa Bárbara e Caeté); e na separação do Triângulo com o Oeste-Paracatu e o Sul de Minas por meio de pequenos trechos dos paralelos 19 e 18.

3 – As principais estradas do século XIX, particularmente as das décadas próximas a 1850, foram objeto de um tratamento cartográfico especial. Duas investigações foram realizadas: a primeira em relação à obtenção de cartas da época que guardassem boa aderência com mapas subsequentes dotados de maior precisão geográfica, ainda que não seja possível proceder ajustes com a mesma precisão requerida pela cartografia digital atual; e a segunda, de desvendar quais daqueles caminhos indicados nos mapas do século XIX permanecem distinguíveis até o século XXI, e qual o seu traçado correto.

Para cumprir a primeira tarefa, foram utilizadas as informações das cartas de Halfeld e Wagner (1855) e Gerber (1867), que têm boa precisão cartográfica e coincidem com o período em foco neste trabalho¹⁸. Por meio de análises comparativas realizou-se o pareamento dos caminhos cartografados no século XIX com as atuais estradas mineiras (DNIT, 2011). A perspectiva adotada foi a de que a maior parte das estradas atuais foi estabelecida segundo o traçado de antigos caminhos cujo tráfego permaneceu contínuo por um longo período de tempo. Cumpre observar que as principais estradas, após sua consolidação, serviram como delimitadoras de regiões, pois a partir delas a logística produtiva se organizava (gerando fixos e fluxos). Por esse critério, Mariana, Ouro Preto e Santa Bárbara, fazem parte de uma mesma região. A consulta aos mapas antigos contribuiu para recuperar as estradas mais utilizadas, as vias carroçáveis¹⁹.

Os resultados aqui apresentados e o mapa subsequente da Figura 3 buscam finalmente mostrar a localização dos principais pontos que representam vilas, cidades, enfim, assentamentos humanos densos mais notáveis e suas respectivas conexões viárias. Essas nucleações urbanas são resultado principalmente da enumeração dos principais municípios de Minas Gerais em 1872, data do primeiro censo moderno do Brasil e que medeia o período 1800-1950. Uma cidade-capital como Ouro Preto certamente manteve posição elevada por muito tempo na hierarquia urbana até que Belo Horizonte se transformasse em uma macrocefalia urbana a partir dos anos de 1950.

Em outro estudo (ainda não concluído) verificou-se que provavelmente 45 municípios mineiros sediavam as cidades mais importantes em 1840 do ponto de vista administrativo, econômico e demográfico. Utilizando esse número como parâmetro recorta-se no censo de 1872 as localidades mais relevantes. O censo registrava um total de 72 municípios na ainda província de Minas Gerais, momento em que a cafeicultura mineira produzia fortunas e alimentava parte expressiva das receitas do 2º Império²⁰. Entre os 45 municípios mais populosos de Minas certamente havia cidades com características mais urbanas que outras. Uma forma simples de assinalar essas cidades é procurar os municípios que acolhiam profissionais que necessitavam de ambientes urbanos para sua sobrevivência. Essa informação pode ser obtida pelo censo de 1872 por meio da enumeração da população ocupada em atividades com características urbanas, excluídas as pessoas ocupadas nos serviços domésticos e as sem profissão²¹. Na relação dos 72 municípios supracitados, foram hierarquizados os 45 que atendem a essa condição. O resultado é apresentado na Tabela 1 juntamente com as respectivas populações em ordem decrescente e níveis de polarização²². As diferenças entre tamanho demográfico e número pessoas ocupadas no setor de serviços são pequenas, embora a posição em termos de ordem hierárquica se mostre distinta²³.

A exclusão dos sem profissão e dos trabalhadores domésticos se justifica dada a condição amplamente agro rural e escravista dos municípios mineiros à época. Como a definição das áreas rurais e urbanas só foi estabelecida em 1938, momento em que o Brasil ainda era profundamente rural, as ocupações nos serviços domésticos em 1872 provavelmente se referiam a um número altamente majoritário de trabalhadores residentes nas áreas rurais. Certamente grande parte da população escrava ainda estava fortemente empregada na agricultura de exportação e na mineração, atividades que se desenrolavam fora das cidades, embora precisassem delas.

18 Considerou-se também a utilização dos mapas de Eschwege (1821) e Pinto (1826), conforme apresentados em Renger e Gomes (2013). Entretanto, optou-se pela utilização das cartas supracitadas em razão da similaridade das informações apresentadas.

19 As mais bem conservadas constituíam as chamadas estradas reais e boa parte delas correspondem a rodovias asfaltadas duplicadas na atualidade.

20 Durante muito tempo a cidade do Rio de Janeiro, sede da corte imperial, drenava para si recursos das províncias do país sobre diferentes formas de tributos e taxas.

21 Mesmo que, com frequência, o profissional tivesse que se deslocar até a um povoado ou fazenda para prestar seu serviço ou efetuar viagens longas, as seguintes profissões do Censo de 1872 foram consideradas tipicamente urbanas: "profissões liberais"; "militares", "marítimos", "capitalistas e proprietários", "industriais e comerciais", "profissões manuais ou mecânicas" e "pessoas assalariadas".

22 A repartição dos 45 municípios em três classes com intervalos iguais (interpolação simples considerando o maior e o menor número de profissionais urbanos) oferece o resultado final e o mapeamento respectivo.

23 Na listagem dos 45 municípios 'mais urbanizados', quatro municípios do rol dos 45 mais populosos estão ausentes. São eles, com suas respectivas populações: Bom Fim (35.586), Três Pontas (24.136), Itajubá (23.261), Santíssimo Sacramento (22.755). É plausível deduzir que alguns desses municípios fossem muito extensos geograficamente e tivessem vários distritos e povoados, mas sem um distrito-sede de muito destaque em 1872. Por outro lado, na listagem dos 45 mais urbanizados comparecem três municípios ausentes da relação dos 45 mais populosos. São eles com suas respectivas populações: Santo Antônio do Monte (26.258), Dores da Boa Esperança (20.477) e Paraíso (21.535).

Descrição dos resultados

A visualização das cidades do mapa final permite concluir que o passado da Minas do Ouro ainda explicava em larga medida a hierarquia da rede de cidades de 1872. Várias cidades, cujas origens guardam forte associação com a mineração, ainda se destacavam como centros atratores de atividades urbanas e população, a exemplo de Sabará, Queluz, Ouro Preto, Serro, Minas Novas, Santa Barbara, Grão-Mogol, Rio Pardo, Paracatu, Pitangui, Tamanduá, Itabira e Mariana.

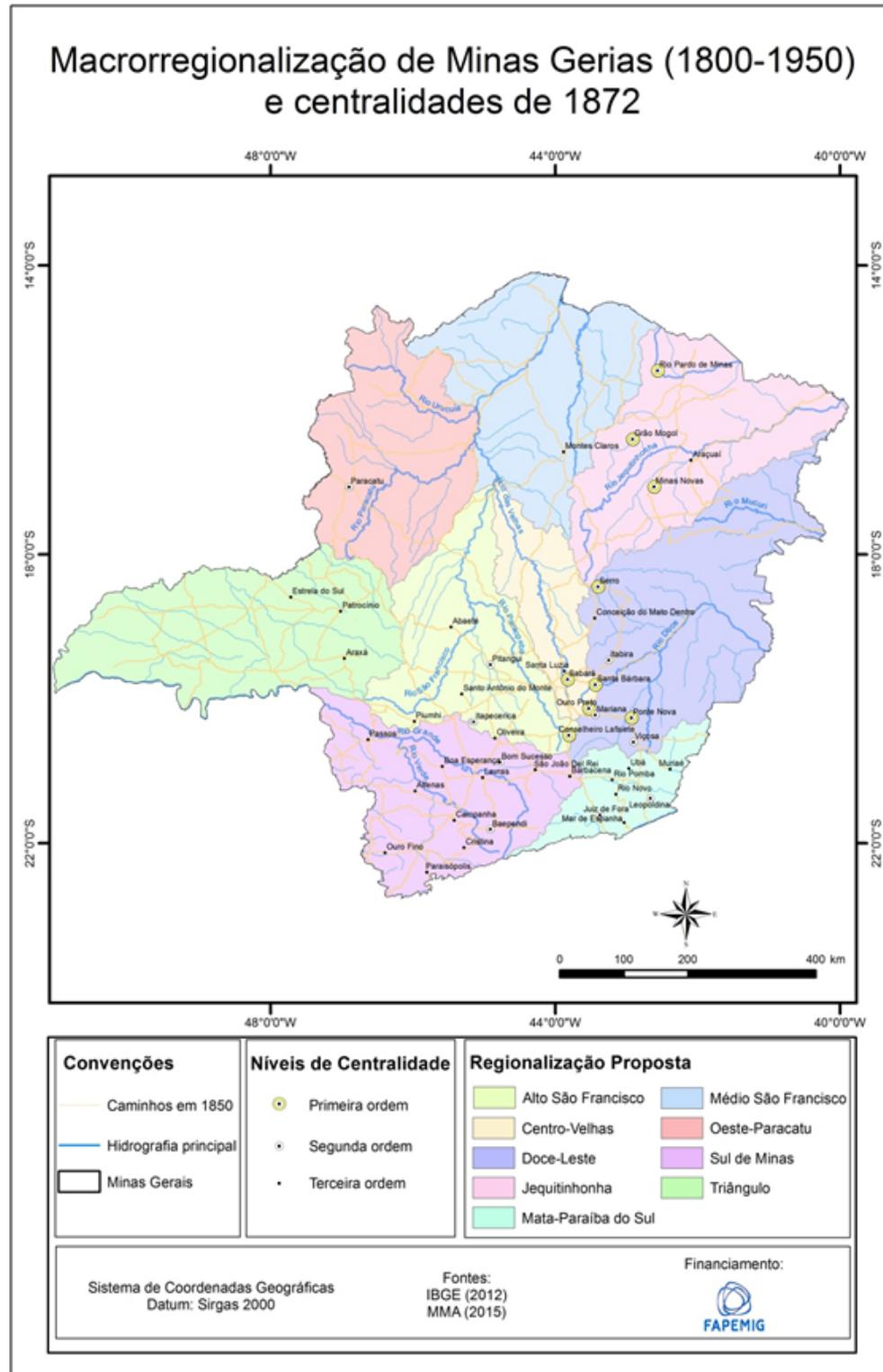
Serro e Diamantina foram núcleos relevantes na porção setentrional da Província, embora viessem perder influência com a expansão na cafeicultura (na porção sul-sudoeste-sudeste de Minas) para novos centros que despontaram como São João Del Rey e Barbacena, no Alto Grande, Campanha e Baependi, no Sul de Minas e Leopoldina e Ubá, na Zona da Mata, mas principalmente, Juiz de Fora, a principal cidade mineira, desde o final do século XIX até 1930.

Tabela 1 Municípios mineiros classificados e ordenados segundo número de pessoas ocupadas em profissões predominantemente urbanas e populações recenseadas em 1872

Ordenamento	Municípios em 1872	Municípios em 2010	Ocupados Urbanos	População Total	
I	01	Sabará	Sabará	16.523	55.449
	02	Queluz	Conselheiro Lafaiete	16.122	56.902
	03	Ouro Preto	Ouro Preto	16.074	48.214
	04	Ponte Nova	Ponte Nova	15.663	57.231
	05	Serro	Serro	14.716	67.436
	06	Minas Novas	Minas Novas	14.218	25.828
	07	Santa Barbara	Santa Bárbara	14.178	57.344
	08	Grão-Mogol	Grão Mogol	14.155	53.005
	09	Rio Pardo	Rio Pardo de Minas	12.755	51.583
II	10	Bom Sucesso	Bom Sucesso	11.443	13.300
	11	Paracatu	Paracatu	10.767	34.398
	12	Santa Rita do Turvo	Viçosa	9.951	37.096
	13	Pitanguy	Pitangui	9.750	40.353
	14	Tamanduá	Itapeverica	9.423	31.745
	15	Juiz de Fora	Juiz de Fora	9.336	23.261
	16	Baependy	Baependi	9.215	37.453
	17	Itabira	Itabira	9.203	42.614
	18	Marianna	Mariana	9.187	32.290
	19	Leopoldina	Leopoldina	8.884	31.810
III	20	Patrocínio	Patrocínio	8.543	31.378
	21	São João d'El-Rey	São João del Rei	8.254	36.100
	22	Montes Claros	Montes Claros	7.693	54.447
	23	Pomba	Rio Pomba	7.617	32.556
	24	Oliveira	Oliveira	7.452	34.620
	25	Lavras	Lavras	7.193	38.336
	26	Paraizo	Paraisópolis	6.923	21.535
	27	Barbacena	Barbacena	6.902	39.235
	28	Már de Hespanha	Már de Espanha	6.817	41.286
	29	Santa Luzia	Santa Luzia	6.794	27.431
	30	Campanha	Campanha	6.690	27.521
	31	Ubá	Ubá	6.620	32.460
	32	Piumhy	Piumhi	6.557	22.876
	33	Bagagem	Estrela do Sul	6.554	31.130
	34	Alfenas	Alfenas	6.404	25.305
	35	Rio Novo	Rio Novo	6.400	22.795
	36	Conceição	Conceição do Mato Dentro	6.025	29.200
	37	Múriaé	Múriaé	6.001	40.317
	38	Araxá	Araxá	5.736	23.565
	39	Marmellada	Abaeté	5.499	42.036
	40	Santo Antonio do Monte	Santo Antônio do Monte	5.241	26.258
	41	Christina	Cristina	5.196	24.412
	42	Dôres da Boa Esperança	Boa Esperança	5.166	20.477
	43	Ouro Fino	Ouro Fino	5.109	27.046
	44	Passos	Passos	4.908	23.369
45	Santo Antonio do Arassuahy	Araçuaí	4.862	26.258	

Fonte: Censo Demográfico de 1872 – Dados trabalhados (toponímia original preservada).

Figura 3 Macrorregionalização de Minas Gerais (1800 – 1950) e centralidades de 1872



24 Contudo, ainda em 1966, cidades do Sul de Minas como Araxá, Poços de Caldas, Caxambu, Guaxupé (entre outras) e cidades do Triângulo Mineiro articulavam-se precariamente com Belo Horizonte; a rodovia Fernão Dias não estava concluída, a influência de São Paulo estava se afirmando e Brasília ainda estava em construção.

Contudo, várias dessas cidades, assim como outras presentes na Figura 2, perderiam brilho no século XX. Certamente o advento de Belo Horizonte em 1897, cercada à época de várias cidades ainda importantes (como expõe a Tabela 1), viria redefinir radicalmente a hierarquia urbana, à custa de grandes investimentos públicos, obras de infraestrutura e drenagem de capitais e população para si e para um entorno que viria a ser dinamizado até ser também conhecido como Zona Metalúrgica. Em poucas décadas, ainda na primeira metade do século XX, supera Juiz de Fora e assume a primazia da rede urbana mineira²⁴.

O resultado final expõe nove macrorregiões de Minas Gerais para o período de 1800 a 1950. Subdivisões podem ser efetuadas a partir dessa divisão maior, a partir de novos critérios de regionalização. De um modo geral, a proposta deixa entrever um eixo norte-sul, da Bahia ao Rio de Janeiro, com várias centralidades postadas na confluência das bacias do Velhas, Doce e Grande. Esse eixo, na verdade, articulava duas grandes centralidades urbanas que exerciam forte influência no Brasil imperial, a capital e a ex-capital do país.

Um problema de difícil resolução na regionalização é o da denominação da região central. Como nominá-la? Até hoje várias foram os seus nomes nas regionalizações do século XX. No resto do estado, vários recortes regionais guardam aderência com elementos naturais como as bacias hidrográficas, mas a região central, por onde a mineração do ouro se iniciou, suas denominações assumiram diferentes nomes, como Metalúrgica, Metalúrgica e Campos das Vertentes, Metropolitana de BH (na atual Mesorregião do IBGE). A proposta aqui se mantém como exposta na Figura 3 por que a saga da siderurgia só ganhou maturidade no século XX, o que fez surgir recortes territoriais com Quadrilátero Ferrífero e/ou Zona Metalúrgica.

Conclusões

Conforme exposto, é possível vislumbrar regiões em Minas Gerais para o século XIX tendo como premissa a predominância dos aspectos físicos sobre os humanos na definição de relações da sociedade com o território. Até então, a presença de condições fundamentais à manutenção dos assentamentos humanos e/ou a de fortes motivações econômicas (como metais e pedras preciosas) ainda eram fatores determinantes para a ocupação de certas porções do território. No mesmo sentido, eram as características naturais que definiam a escolha do traçado dos caminhos, que deveriam beneficiar o transporte a pé ou tracionado por animais, tendo em conta inclusive a impossibilidade tecnológica e financeira de construção de complexas obras de engenharia – tais como pontes e túneis – para transposição de obstáculos naturais. Diferentemente do século XXI, no século XIX era necessário que a maioria dos municípios fosse autossuficiente, pois seria impossível solucionar problemas logísticos de abastecimento em curto prazo, sobretudo em um contexto de escassez de riquezas.

Ainda assim, é possível verificar que a configuração da rede de cidades de Minas Gerais no século XIX guarda fortes relações com aquela estabelecida no século XVIII, embora com laços bem mais enfraquecidos. Muitos municípios conseguiram manter-se graças ou às suas características proto-urbanas, pela grande oferta de serviços especializados; ou por suas características de produtores e fornecedores agropecuários; ou por sua localização em entroncamentos de caminhos de grande circulação, onde o comércio era capaz de gerar riqueza. Por outro lado, áreas que não foram ocupadas no período de exploração aurífera permaneceram assim na maior parte do século XIX (algumas até a primeira metade do século XX), por desestímulos como as dificuldades logísticas de manejo do solo, as grandes distâncias em relação aos principais centros de comércio, além dos riscos de interação com a população nativa. Essas três razões justificam, em diferentes medidas, a permanência de vazios territoriais nas regiões Oeste-Paracatu, Triângulo, Doce-Leste e Médio-São Francisco.

Se a mudança da capital colonial de Salvador para o Rio de Janeiro em 1763 foi capaz de redefinir a configuração dos fixos e fluxos no território mineiro setecentista (em que pesam o interesse da Coroa em controlar de perto a produção e o transporte aurífero, inclusive, com o estabelecimento da Estrada Real), ao final do século XIX a configuração da rede de cidades mineiras vai sofrer um novo estímulo, devido à expansão da cafeicultura, a abolição da escravatura, a industrialização de São Paulo e a proclamação da República. Estes estímulos, associados aos avanços tecnológicos da segunda revolução industrial que chegavam ao Brasil via imigração estrangeira, deram novo vigor à economia mineira e acarretaram em uma reorganização territorial em que novas configurações regionais passam a ser identificáveis, dessa vez, porém, com a sobreposição de elementos humanos sobre os fisiográficos.

Referências Bibliográficas

- ABREU, Maurício. A apropriação do território no Brasil colonial. In: CASTRO, I.E., GOMES, P.C.C. e CORRÊA, R.L. Explorações geográficas; percursos no fim do século. Bertrand Brasil. Rio de Janeiro. 1997: 247-275.
- ALVES DINIZ, A. M. e Batella, W. B. O estado de Minas Gerais e suas regiões: um resgate histórico das principais propostas oficiais de regionalização. *Sociedade & Natureza*, 17 (33): 59-77, dez. 2005.
- ANDRADE, M. C. A questão do território no Brasil. Ipespe-Hucitec. São Paulo-Recife, 1995. Textos: A questão do território; A ocupação territorial e evolução das cidades e vilas brasileiras (séc. XVI e XVII); Pecuária e Produção de Alimentos no Período Colonial; A questão da terra na primeira república. (13-65).
- BECKER, Berta. Tendências de transformação do território no Brasil. Vetores e Circuitos. Rio de Janeiro. Território. LAGET/UFRJ. 1997.
- BEZZI, Meri Lourdes. Região - Uma (re)visão historiográfica da gênese. Editora da UFSM, 2004.
- BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Lisboa, Difel/Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1989.
- BREAMAERKER, F. E. J. Os centros urbanos: 1950 a 1980. *Revista Brasileira de Estatística*. Ano XLVII, n. 180, jul-set 1986, p. 279-303.
- CARTA rodoviária da Província de Minas Gerais de H. Gerber, 1867. In: GERBER, Henrique. Noções geográficas e administrativas da Província de Minas Gerais. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro; Coleção Mineiriana, 2013. (re-edição da edição original de 1863; organização e estudo crítico de F.E. Renger).
- CASTELLS, M. (1972) *La Question Urbaine*. Paris, Maspéro.
- CASTRO, I. E. Problemas e alternativas metodológicas para a região e o lugar. In: SOUZA, M. A. A. et al. (org.). *Natureza e sociedade de hoje: uma leitura geográfica*. São Paulo: Hucitec/Anpur. 1993.
- CASTRO, I.E., GOMES, P. C. C. e CORRÊA, R.L. (Org.) "Geografia: conceitos e temas". Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 1995, p. 49-76.
- CASTRO, Iná Elias de et. al; (Org.) *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.
- CHRISTALLER, W. (1966). *Central places in Central Cermany*. Englevwood Cliffs, Prentice-Hall (edição original em alemão publicada em 1933).
- CHRISTALLER, W. Die Zentralen Orte in Süddenstschland, Iena, Gustav Fischer, 1933 (tradução americana de C.W. Baskin), *Central Place in Southern Germany*, N. Jersey, Prentice-Hall, 1966.
- CORRÊA, R. L. Região e Organização Espacial. São Paulo: Ed Ática, 1986.
- CORRÊA, Roberto Lobato. Região: um conceito complexo. In *Região e organização espacial*. 7. ed. São Paulo: Ática, 2002 93 p.
- DEAN, Warren. A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira. Companhia das Letras, 1996.
- FRÉMONT, A. A região, espaço vivido. Coimbra: Almedina, 1980.
- DEFFONTAINES, P. Como se constituiu no Brasil a rede de cidades. In: *Boletim geográfico* 14, 1944 e *Boletim Geográfico* 15, 1944.
- DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES – DNIT. Mapas multimodais: Mapa rodoviário do Brasil. Brasília: DNIT, 2011. Disponível em: . Acesso em: 12 out. 2015.
- DUARTE, A. C. Regionalização: considerações metodológicas. *Boletim de Geografia Teorética*, Rio Claro, v. 10, n. 20, p. 5-32, 1980.
- FRIEDMANN, J. (1977) - Planejamento Regional: Problema de Integração Espacial. in *Economia Regional - Textos Escolhidos*, CEDEPLAR, Belo Horizonte.
- GEIGER, P. P. (1964) - Organização Regional do Brasil. *Revista Geográfica*, 33(61), JPGJ-1, Rio ele Janeiro.
- GEIGER, Pedro P. Evolução da rede urbana brasileira. Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (Ministério da Educação e Cultura). Rio de Janeiro. 1963. 464p.
- GEIGER, Pedro Pinchas. Observações sobre a organização urbana no Brasil, in *Evolução da Rede Urbana Brasileira*. Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos: Rio de Janeiro, 1963.

- GODOY, Marcelo M.; RODARTE, M. M. S. Urbanização, desenvolvimento econômico e comércio em Minas Gerais, na primeira metade do Século XIX. In: SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA, 11., 2004, Diamantina. Anais Eletrônicos... Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 2004.
- GODOY, Marcelo Magalhães. Intrépidos viajantes e a construção do espaço: Uma proposta de regionalização para Minas Gerais do século XIX. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 1996. (Texto para discussão: 109)
- GOMES, P. C. C. O conceito de região e sua discussão. In: CASTRO, I. E., GOMES, P.C.C. e CORRÊA, R.L. Geografia: Conceitos e Temas. Rio de Janeiro: Bertrand, 1995, p. 49-76.
- GOMES, Paulo Cesar da Costa. O conceito de Região e sua discussão. IN: CASTRO, I. et al (org.) Geografia, Conceitos e Temas. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1995. (49-76p.)
- GRIGG, D. Regiões, modelos e classes. Bol. Geogr. Rio de Janeiro, 32 (234): 3-46, maio/junho, 1973.
- HADDAD, Paulo. Economia Regional; teorias e métodos de análise. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1989.
- HAESBAERT, R. Regional-global: dilemas da região e da regionalização na geografia contemporânea. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil. 2010
- HAESBAERT, Rogério. Regional-Global: dilemas da região e da regionalização na geografia contemporânea. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- HARTSHORNE, R. (1939): The Nature of Geography. Washington: Association of American Geographers.
- HARVEY, D. (1989) The Condition of post modernity. Oxford, Basil Blackwell.
- HETTNER, A. Die Geographie, ihre Geschichte, ihr Wesen und ihre Methode. Breslau: Ferdinand Hirt, 1927;
- HIRSCHMAN, A. (1962) The Strategy of economic development. New Haven, Yale University Press, 3th printing.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Região de influência das cidades. Rio de Janeiro, IBGE, 2008.
- IPEA (Relatório Final). Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil. Brasília, 1999, IPEA/INPES, 1973.
- IPEA (Relatório Final). Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil. Brasília, 1999, IPEA/INPES, 1973.
- KARTE der Brasiliann Provinz Minas Geraes (por H. G. F. Halfeld & Friedrich Wagner, 1855). Gotha: Justus Perthes, 1862. In: HALFELD, H. G. F.; TSCHUDI, J. J. von. A província brasileira de Minas Gerais. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro / Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1998.
- KAYSER B.; GEORGE, P. (1966) - A Região como objeto de intervenção. A Geografia Ativa. Difusão Européia do Livro. Editora da Universidade de São Paulo. São Paulo.
- LAVINAS, L.; CARLEIAL, L.M.F.; NABUCO, M.R. (org.). Integração, região e regionalismo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994. p.13-26.
- LEFEBVRE, H. (1974) La Production de Yespace. Paris, Anthrosos.
- LENCIONI, Sandra. Região e Geografia, São Paulo: Ed. USP, 1999.
- LOJKINE, J (1977) Le Marxisme, Vetai et la question urbaine. Paris, Presses Universitaires de France.
- LÖSCH, A. (1954) The Economics of location. New Haven, Yale University Press (edição original em alemão publicada em 1940).
- MAGNAGO, Angélica Alves. A divisão regional brasileira – uma revisão bibliográfica. Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro, v. 57, n. 4, p. 65-92, out./dez. 1995
- MAPA da Província de Minas Gerais, levantado pelo coronel Barão d' Eschwege em 1821, aumentado com a costa de leste, limites das dioceses, comarcas eclesiásticas, termos, julgados, freguesias, e distritos, e comparativo da atual com uma nova organização civil, por Luiz Maria da Silva Pinto em 1826. [Ouro Preto]: s.n., 1826.
- MARTINS, Maria do Carmo Salazar. Revisando a Província: Comarcas, termos, distritos e população de Minas Gerais em 1833-35. In: SEMINÁRIO SOBRE ECONOMIA MINEIRA, V, 1990, Diamantina. Anais... Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 1990.

- MASSEY, D. (1977) "Towards a critique of industrial location theory". In: PEET, R. (ed.) - *Radical geography: alternative viewprints on contemporary social issues*. London, Methuen/Chicago, Maaroufa, p. 181-196.
- MATOS, Ralfo. Das grandes divisões do Brasil à ideia do urbano em rede tripartite. In: Ralfo Matos. (Org.). *Espacialidades em rede: população, urbanização e migração no Brasil contemporâneo*. 1 ed. Belo Horizonte: C/ Arte Editora, 2005, v. 1, p. 17-59.
- MATOS, Ralfo; BRAGA, Fernando Gomes. Redes geográficas, redes sociais e movimentos da população no espaço. In: Ralfo Matos. (Org.). *Espacialidades em rede: população, urbanização e migração no Brasil contemporâneo*. 1 ed. Belo Horizonte: C/ Arte Editora, 2005, v. 1, p. 111-154.
- MORAES, A. C. Bases da formação territorial do Brasil; o território colonial brasileiro no "longo" século XVI. Hucitec. São Paulo, 2000
- NOVO MAPA da capitania de Minas Gerais levantado por Guilherme, Barão de Eschwege, tenente-coronel do Real Corpo de Engenheiros. 1821. Gabinete de Estudos Arqueológicos de Engenharia Militar, Lisboa.
- PAASI, Anssi. Place and region: regional worlds and words, *Progress in Human Geography*, v. 26, n. 6, p. 802-811, 2002.
- PAIVA, Clotilde A.; ARNAUT, Luiz D. H. Fontes para o estudo de minas oitocentista: listas Nominativas. In: SEMINÁRIO SOBRE ECONOMIA MINEIRA, 5., 1990, Diamantina. Anais... Belo Horizonte: UFMG/ CEDEPLAR, 1990. p. 85-106.
- PAIVA, Clotilde Andrade, & BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. Crescimento populacional de Minas Gerais no século XIX. In: SEMINÁRIO SOBRE ECONOMIA MINEIRA, VII, 1995, Diamantina. Anais... Belo Horizonte: UFMG/ CEDEPLAR, 1995, vol. 1.
- PAIVA, Clotilde Andrade. População e economia nas Minas Gerais do século XIX. São Paulo: USP/ Departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 1996. (Tese de doutorado em História)
- PUDUP, Mary Beth. Arguments within regional geography, *Progress in Human Geography*, v. 12, n. 3, p. 369-390, 1988.
- RAFFESTIN, Claude. Por uma Geografia do poder. São Paulo: Ática, 1993.
- RENGER, F. E. ; GOMES, M. C. A. . Engenheiros alemães na cartografia de Minas Gerais do século XIX: Eschwege, Wagner, Halfeld e Henrique Gerber. 2013.
- RIBEIRO, A. C. T. . Regionalização: fato e ferramenta. In: Ester Limonad; Rogério Haesbaert; Ruy Moreira. (Org.). *Brasil século XXI: por uma nova regionalização? (agentes, processos e escalas)*. Rio de Janeiro: Max Limonad, 2004.
- RITTER, K. Géographie Générale comparée, ou étude de la Terre. Dans ses rapports avec la nature et avec l'histoire de l'homme. Bruxelles: Société Typographique Belge, 1832.
- ROCHFORT, Michel. Regionalização e rede urbana. R. RA'E GA. Curitiba, n.7, p.115-121, 2003. Editora UFPR
- RODARTE, Mario M. S.; SANTOS JÚNIOR, José M. dos; MELLO FILHO, Marcelo S. B. de. O urbano precocemente delineado: notas sobre o significado demográfico e econômico do urbano e do rural, na Minas Gerais oitocentista In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 12., 2007, Belém-PA, Anais Eletrônicos... Belém: ANPUR, 2007. 19 p.
- RONCAYOLO, Marcel. Região. Enciclopédia Einaudi, v. 9, 1986.
- SANTOS, M. (1999): Modo de produção técnico-científico e diferenciação espacial. *Território* n. 6. Rio de Janeiro: UFRJ/Garamond.
- SAUER, C. (1998) [1925]: A morfologia da paisagem. In: Corrêa, R. e Rosendhal, Z. (orgs.) *Paisagem, Tempo e Cultura*. Rio de Janeiro: EdUERJ.
- SILVA, Leonardo Viana da. Redescobrimo as Cidades Mineiras Oitocentistas. In: SEMINÁRIO SOBRE ECONOMIA MINEIRA, VII, 1995, Diamantina. Anais... Belo Horizonte: UFMG/ CEDEPLAR, 1995a. vol. I.
- SOTCHAVA, Viktor Borisovich. O estudo de geossistemas. Universidade de São Paulo, Instituto de Geografia, 1977.
- THRIFT, Nigel. Visando o âmago da região. In: GREGORY, Derek; MARTIN, Ron; SMITH, Graham (orgs.) *Geografia humana: sociedade, espaço e ciência social*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996, p. 215-247.
- VARENIUS, B. Géographie générale. Paris: Vincent; Lottin, 1755.
- VASCONCELOS, Pedro A. Os agentes modeladores das cidades brasileiras no período colonial. In: CASTRO, I.E., GOMES, P.C.C. e CORRÊA, R.L. *Explorações geográficas percursos no fim do século*. Bertrand Brasil. Rio de Janeiro. 1997: pp. 247-275.
- VIDAL DE LA BLACHE, P. (1994) [1903]: *Tableau de la Géographie de la France*. Paris: La Table Ronde.
- _____ (1954) [1921]: *Princípios de Geografia Humana*. Lisboa: Edições Cosmos.
- VON THÜNEN, J. H. The isolated state. New York: Pergamon Press, 1966.
- WEBER, A., 1929. *Theory of the Location of Industries*. Chicago, University of Chicago Press.